

3ª Reunião na Fiesp - 27 de abril de 2018

A terceira reunião do GT da Plataforma teve como pauta:

- (i) Informe dos trabalhos da secretaria (apresentados pela secretaria da plataforma);
- (ii) Discussão sobre Normas Voluntárias de Sustentabilidade que afetam o setor produtivo;

Tendo sido solicitado que as informações contivessem as NVS mais solicitadas em cada setor; informações sobre empresas em processo de certificação, tendo sido estimulado às associações participantes a fazerem apresentações sobre seus setores e NVS.

Participaram da reunião, representantes da: Fiesp (DEREX e DDS), Sinditêxtil, ABIT, ABIMAPI, ABIA, Abihpec, Sindicarnes, Abrafas, Abrinq, Sindicouros, Única, FGV e Inmetro.

A reunião foi introduzida pela fala da presidência do CBTC que enfatizou a importância do tema e que este está fora da competência da Organização Mundial do Comércio (OMC). Fato que seria preocupante, uma vez que as NVS estão se tornando crescentemente uma barreira ao comércio internacional.

O representante da Secretaria da Plataforma esclareceu que a Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade é uma iniciativa que está sob o guarda-chuva institucional do CBTC. Mencionou que os objetivos da Plataforma envolvem o desenvolvimento de ações para a mitigação dos efeitos nocivos das NVS, bem como ampliar a interlocução com o setor produtivo com vistas a endereçar as preocupações sobre o tema. Nesse sentido, informou que será realizado um mapeamento de NVS que constituam um problema ao comércio exterior.

Esclareceu que o objetivo da reunião é obter subsídios para amparar futuras ações da Plataforma. Para isso, ele propôs que cada representante de entidade comentasse sobre os impactos das NVS no setor. Ele ressaltou também que a Plataforma foi lançada em junho de 2017, com a finalidade de ser um centro de referência nas discussões sobre NVS, preparar estudos sobre seus impactos e propor sugestões para mitigar custos das NVS sobre produtores nacionais. Outros objetivos da Plataforma serão analisar a experiência brasileira e compará-la com experiências internacionais (China e Índia). O foro dessas análises será o Grupo de Trabalho, no qual serão promovidas as discussões. O GT será responsável por determinar agenda e plano de ação para a Plataforma e servirá como um meio de interlocução com ministérios e outras partes interessadas no Brasil e no exterior.

A especialista do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FIESP apontou que a exigência indevida de certificações também ocorre em âmbito doméstico e não apenas internacionalmente. Ela fez a ressalva de que é necessário apresentar dados concretos para fundamentar a discussão, questionando se esses problemas são meramente estimados ou se há perdas apuradas decorrentes das exigências impostas por NVS.

A representante da Única mencionou que o setor da cana-de-açúcar cumpre diversas certificações, que já fornecem acesso a terceiros mercados. Ressaltou que a certificação da Bonsucro abrange todo o processo produtivo e atende a diversos mercados. Relatou que o setor não possui dificuldades com certificações, sugerindo que o ponto principal das discussões não

corresponda à necessidade de adaptação aos requisitos exigidos, mas às certificações que oneram demasiadamente o produtor.

O representante da Abia ao observar a lista dos principais produtos exportados pelo país, mostrada em tabela que constava da apresentação do secretariado da plataforma, destacou que a pauta exportadora brasileira é majoritariamente composta por produtos agrícolas, sejam eles in natura ou processados. Os produtos nas primeiras posições são produtos de larga escala, commodities in natura ou agroindustriais. Açúcar é um dos produtos de larga escala produtiva mais importantes da pauta exportadora brasileira. Para entrar no mercado europeu, os produtores de açúcar têm que ser certificados pela Bonsucro, assim como os produtores de café e cacau, que também necessitam de outras certificações. Ele destaca que estas certificações representam, além de demandas de setores industriais, anseios legítimos da sociedade, organizados em ONGs e partidos políticos.

Ele argumenta que, para produtos de larga escala como açúcar, o custo de certificação é diluído no valor do produto. No entanto, para empresas de pequeno e médio porte, que produzem artigos com maior valor agregado, o impacto dessas certificações é mais significativo ao exportar para a Europa. Ele acredita que é necessário ser o mais “universalista” possível no cumprimento dessas certificações (one-size-fits-all approach), e que, para os produtores de pequeno e médio porte, a solução requer inovações gerenciais, como a formação de cooperativas.

Representante da Abrinq relatou que setor dos brinquedos é regulamentado por certificações compulsórias há bastante tempo. Ele menciona a tendência recente de priorização do tema da sustentabilidade introduzida pelos “brinquedos verdes”. Ele menciona que, como as exportações do setor são concentradas na América Latina e no Leste Europeu, não enfrentam problemas envolvendo NVS atualmente.

Representante da Abrafas indicou que o setor têxtil não tem natureza exportadora, representando menos de 0,5% do mercado mundial. Defende que barreiras não tarifárias sejam discutidas, sobretudo aquelas com viés de sustentabilidade. Afirma ainda que o setor é muito afetado pelas importações que não se submetem aos requisitos técnicos mínimos.

Representante da Abimapi mencionou que o setor é atingido pelas certificações indiretamente: os ingredientes empregados no processo produtivo devem ser certificados para que o produto final possa acessar terceiros mercados. Informou que a ABIMAPI publicou cartilha sobre padrões privados para indicar quais os requisitos são exigidos em cada mercado.

Representante do Sindicouro relatou que cerca de 80% da produção do setor é exportada, sem problemas com certificações. O setor possui interesse em engajar-se nas discussões com a finalidade de impedir a criação de NVS como barreiras. Informou que há uma certificação não compulsória exigida no mercado internacional; contudo, os mercados absorvem as mercadorias sem exigir esta certificação.

O presidente do Sindicarnes indicou que o setor de couros já enfrentou barreiras fitossanitárias em função do uso de cromo no processo produtivo. Quanto ao setor de carnes, ele relata que o quadro de associados da entidade é composto majoritariamente por empresas de médio porte e transformadoras, que comercializam seus produtos na região do Estado de São Paulo. Essas empresas devem cumprir regulamentos sanitários nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Ele menciona também que não enfrentam problemas com certificações voluntárias, mas que estão preocupados com a criação de exigências pelos países do MERCOSUL, pois veem o bloco como mercado em potencial para exportar seus produtos. O setor é ainda afetado, em alguma medida, por indicações geográficas: não podem, por força de lei, usar a designação “presunto parma”, empregando a denominação “tipo italiano”.

O representante da Abihpec relatou que preocupações do setor estão restritas ao compliance em temas regulatórios fitossanitários. Afirmou ainda que os principais parceiros comerciais do setor estão na América Latina - e não na Europa.

Por último, o representante da ABIT relatou que a discussão sobre as certificações na cadeia produtiva do setor têxtil envolve dois eixos: a matéria-prima (algodão) e a transformação.

Quanto ao algodão, preocupações com sustentabilidade estão comumente presentes no setor têxtil. Destaca que todo algodão produzido no Brasil deve possuir um selo, fornecido pela associação estadual ligada à ABRAPA. O selo do IAS (Instituto do Algodão Social), por sua vez, foi introduzido pelos produtores do Mato Grosso e possui aspecto social. Sua criação foi motivada por suspeitas de uso de trabalho escravo nas fazendas algodoeiras do Mato Grosso. Comentou ainda que produtores procuraram a ABIT para desenvolver um programa de certificação que, após a incorporação de questões de sustentabilidade, passou a se chamar “Selo Instituto do Algodão Sustentável”. Indicou que o setor também emprega o selo BCI (Better Cotton Initiative), uma vez que o selo IAS não é aceito internacionalmente.

No segmento de transformação, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) criou um programa de certificação. Segundo o representante da ABIT, como o Brasil é visto como empregador de mão-de-obra escrava pelas grandes marcas, a ABVTEX criou um programa de certificação de sustentabilidade baseado no selo previamente criado pela ABIT (Selo Qual), dispondo de fundamentação social e passando a ser exigido pelas grandes marcas. No entanto, a parte de qualidade e meio ambiente não foram incluídas no programa de certificação. Informou ainda que o Selo Qual e o Selo ABVTEX não são reconhecidos internacionalmente. Contudo, esse fato não constituiria um problema, uma vez que o setor exporta uma parte pouco significativa de sua produção. Além disso, por ter a maior parte de sua produção destinada ao mercado nacional, empresas adotam selos aceitos nacionalmente.